



Comunidades jurídica e política usam Twitter para se comunicar

25/07/2009

O *Twitter*, espécie de microblog e rede de relacionamentos na internet, caiu no gosto da comunidade jurídica e política. Órgãos do governo, advogados e parlamentares aderiram à rede para dar publicidade de seus atos em linha direta com os leitores. O site permite que os usuários enviem e leiam comentários pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres, conhecidos como *tweets*.

Só no estado de São Paulo chegaram recentemente à rede social a Defensoria Pública, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Procuradoria do Estado e o Ministério Público Federal. É possível afirmar também que existem mais de 700 advogados utilizando a ferramenta para compartilhar notícias jurídicas. Mais seis MPs estaduais estão no *Twitter*: Acre, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins, além da Promotoria de Justiça de Esteio, no Rio Grande do Sul. Por enquanto, a OAB ainda não está no *Twitter*.

Na Secretaria de Justiça de São Paulo, além dos canais tradicionais como telefone e e-mails, todos os eventos, publicados ou não no site do órgão, estarão no *Twitter*. A preocupação é estabelecer um contato direto com a população e com a mídia. Pensando nas facilidades da era digital, a Procuradoria do Estado e o Ministério Público Federal em São Paulo se organizaram esta semana para promover o chamado *Google Day*, treinamento para que funcionários aprendam a explorar novas ferramentas, como *Orkut*, *Facebook* e *YouTube*, para se comunicar com a população.

A Aasp (Associação dos Advogados de São Paulo) também usa a ferramenta para trocar informações jurídicas, além de informar aos associados a programação de cursos e eventos. A associação está no *Twitter* há um mês e já conta com 200 seguidores.

Da comunidade política, senadores, deputados, prefeitos e vereadores já estão no *Twitter*. Em São Paulo, o governador José Serra tem o cuidado de atualizar o seu espaço sempre que possível. Ele fala de sua agenda, planos e responde, vez ou outra, alguma indagação de quem passa por lá para dar uma espiada.

Outras figuras políticas conhecidas no *Twitter* são: Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Demóstenes Torres (DEM-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Agripino (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Fernando Gabeira (PV-RJ) Flavio Dino (PCdoB-MA), Geraldo Magela (PT-DF), João Paulo Cunha (PT-SP) e Luciana Genro (PSOL-RS).

O deputado Flávio Dino aproveitou o espaço para falar da Reforma Eleitoral. Em um dos *post*, ele diz: "O projeto de lei do qual fui relator, que acaba de ser aprovado [na Câmara dos Deputados], muda as regras da campanha eleitoral e permite o uso da internet". O senador Aloizio Mercadante, no dia 22 de julho, registrou em seu *Twitter* que se dedicou muito à Lei da Adoção, aprovada recentemente, "também como uma forma de propiciar a outras pessoas essa



experiência tão única que é ser pai”. Ele foi relator do projeto de lei no Senado. A proposta aguarda sanção presidencial.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) terceirizou o serviço de postagem. Autorizou um eleitor a atualizar seu espaço e foi criticado. “No perfil do Cristovam, nunca foi dito que seria o próprio que estaria colocando as mensagens. Inclusive, em postagens anteriores, há uma declaração sobre quem iria postar. Nunca houve nada falso neste perfil. Por isso, peço com gentileza, parem de divulgar o *Twitter* do Cristovam como Falso(fake)”, escreveu Rafael Soares, o eleitor e porta-voz do senador.

Recentemente, foi a vez da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) chegar ao *Twitter*. Segundo a associação, o objetivo é o mesmo dos demais órgãos e instituições: manter delegados informados sobre temas do interesse da classe.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2009-jul-25/comunidades-juridica-politica-usam-twitter-comunicar/>